

Apoiar Pela Confiança

Por: Aric

Já muito se pensou e reflectiu sobre o financiamento dos media. No entanto, haverá que ser realista. O serviço prestado pela Rádio local pode e deve ser considerado um serviço público. Há vida para além das directrizes emanadas de Lisboa. Existe país para além das notícias propagadas desde a capital. E são os media locais os verdadeiros guardiões dessa diversidade que caracteriza a nossa vida. Esta nossa proposta de reflexão tentará explicar porque é importante preservar o bom funcionamento de quem dá a conhecer a nossa diversidade. O que aqui defendemos é um sistema de financiamento misto, onde para além do actual financiamento aos media públicos, também seja justo um maior leque de apoios ao privado. Não tenhamos ilusões, os media independentes só serão possíveis com uma parcela de apoio público. Nós como consumidores, teremos sempre que escolher ou rádios e jornais apoiados pelo Estado, ou *medias* não apoiados e sujeitos a operações de mercado que só visam a propriedade. E depois lá se levanta o fantasma da concentração dos media. Actualmente os apoios directos ou Sistema de Incentivos aos Media Regionais e Locais, existem e ainda bem. Mas é sobre os apoios indirectos, que aqui gostaríamos de acrescentar algo. Numa perspectiva preguiçosa, era bom que o poder central pudesse aprender algo e replicar no país, o exemplo dos apoios existentes no Programa Promedia 2020 da Região Autónoma dos Açores, ou no contrato de publicidade do Governo Regional da Madeira com todas as rádios dessa Região. Por outro lado, numa perspectiva activa e focando a nossa atenção no campo da Rádio, gostaríamos de demonstrar que é possível garantir financiamento a partir acréscimos marginais de receita.

Vejamos então a ideia: e se existisse um novo sistema de apoio às Rádios Locais? Essa medida de apoio seria destinada a todas as rádios, desde que estas aceitassem um contrato de serviço público de radiodifusão local. Os requisitos a cumprir para que seja possível a adesão a este sistema seriam, por exemplo: empregar pelo menos dois jornalistas a tempo inteiro e alocados em exclusivo ao serviço de programas abrangido; Provar a existência de 6 noticiários diários de foco local e regional; Apresentar um mínimo de quatro horas semanais de programas de promoção musical local e regional e possuir redacção e pelo menos um estúdio, no concelho a que pertence o alvará candidato. Como se financiará este sistema? Um acréscimo de 0,15€ mensais na taxa de audiovisual. Como se divide? Calcular o número total de contadores x 0,07€ a dividir pelo número total de rádios (251). Considerar adicionalmente o número de contadores por município da sede da rádio x 0,07€, a dividir pelo número de rádios abrangidas com sede no mesmo. Considerar ainda o número total de contadores x 0,01€, valor este destinado à entidade gestora da taxa do audiovisual. O pressuposto final é o de que cada Rádio terá um tecto mínimo de receitas de 2.500 eur e um tecto máximo de 5000 eur por mês. Porque existem concelhos sem emissora e outros aos quais a receita cobrada excederá os 5000 Eur mensais, vai haver lugar a um excedente estimado de 1 500 000 € anuais. Este excedente terá como destino ser dividido em partes iguais. Deste uma primeira parte será para o financiamento de programa de incentivos à modernização tecnológica. Assim será libertada verba do orçamento de estado para o apoio à Imprensa Local. Uma segunda parte para uma bolsa publica de conteúdos de radio, à semelhança do que já acontece no Reino Unido e finalmente uma última parte para o financiamento de projectos de fundamentado interesse publico, nomeadamente de apoio à protecção civil.